

A infância e a mocidade na Marinha no período entre 1870 e 1910: aspectos históricos da educação elementar, profissional e militar.

MÔNICA REGINA FERREIRA LINS¹

Dois meninos nasceram na mesma noite, de 27 de setembro de 1871, nessa fazenda cujo regime se pretende conservar: um é senhor do outro. Hoje eles têm, cada um perto de doze anos. O senhor está sendo objeto de uma educação esmerada; o escravo está crescendo na senzala. Quem haverá tão descrente do Brasil a ponto de supor que em 1903, quando ambos tiverem trinta e dois anos, esses homens estarão um para o outro na mesma relação de senhor e escravo? Quem negará que essas duas crianças, uma educada para grandes coisas, outra embrutecida para o cativo, representam duas correntes sociais que já não correm paralelas – e se corressem, uma terceira, a dos nascidos depois daquela noite servi-lhes-ia de canal, – mas se encaminham para um ponto dado de nossa história na qual devem forçosamente confundir-se?

Joaquim Nabuco

As duas crianças do texto escrito em 1883 por Joaquim Nabuco em sua obra *O Abolicionismo* (2000) representavam, nas mínimas condições básicas de direito à vida, a lógica do dualismo histórico escravocrata refletido na educação: uma criança “educada para as grandes coisas” e a outra “embrutecida para o cativo”. Na Marinha a realidade educacional não foi diferente: uns meninos eram educados para o oficialato e os mais pobres formados para a marinhagem.

Com a Lei do Ventre Livre as crianças nascidas libertas, a partir de 28 de setembro de 1871, deveriam ficar sob a tutela dos senhores de suas mães escravas até completarem os oito anos, e depois como mão de obra compulsória e gratuita destes, para a compensação dos gastos que teriam com elas até os vinte e um anos. No contexto de “reforma do elemento servil” um número ínfimo de ingênuos foi assumido pelo governo imperial, ocorreu um aumento de crianças abandonadas e da mortalidade infantil, provocado pela separação das mães de seus filhos agora “ingênuos”. Num cenário em que muitas crianças viviam nas ruas, as denominadas Companhias de Aprendizes tinham como uma de suas tarefas dar formação aos futuros trabalhadores livres, crianças e jovens oriundos dos setores

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - CAp UERJ. Professora do Mestrado Profissional - Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica – PPGEb - CAp UERJ.

pobres da população. Oton de Carvalho Bulhão, primeiro tenente, comandante da Escola de Aprendizes do Maranhão em 1888, considerava essa instituição tão útil como humanitária, que amparava a pobreza dos órfãos desvalidos,

A Lei de 28 de setembro de 1871 é também um auxiliar não menos eficaz, pondo-se em prática a aquisição de ingênuos de 13 anos de idade. O Regulamento vigente das escolas não exclui o recrutamento, pois diz que essas admittirão menores orphãos desvalidos e ingênuos, remetidos pelas autoridades judiciárias e policiais; logo só dessas autoridades depende o aumento deste estabelecimento. (Relatório do Estado da Companhia de Aprendizes do Maranhão em 1888. (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), Fundo/coleção GIFL-PERÍODO DO DOCUMENTO -5F-459. SEÇÃO DE GUARDA –CODES.)

O ponto de partida deste estudo foi o desafio de conhecer parte da história da formação elementar, profissional e militar na Marinha do Brasil no período compreendido entre 1870 e 1910, em especial nos espaços de formação dos aprendizes-marinheiros e dos aprendizes-artífices. Um dos objetivos dessa pesquisa realizada em Arquivos da Marinha, do Arquivo Nacional e dos Relatórios Ministeriais do período foi compreender os fenômenos que envolveram essa instituição militar dentro das políticas de Estado e quais as mudanças qualitativas e as contradições na organização interna do trabalho que concorreram para a produção de um modelo formativo dos futuros “homens do mar”.

As leituras dos adultos oficiais partiam das expectativas das chamadas “virtudes marinheiras” projetadas para a infância e a mocidade, em que estes precisavam ser robustos, trabalhadores incansáveis, heróis, adaptáveis às rotinas e disciplinados. Os aprendizes eram vistos pelos homens de comando com maus olhos quando manifestavam indiferença, rebeldia, indisciplina ou simplesmente apresentavam um desejo de se divertir. Crianças e jovens que se colocavam fora do controle, independente da origem social, poderiam ser encaminhados para a Marinha que corrigiria os “incorrigíveis”. Ou seja, um menino de comportamento indesejável, mesmo sendo de “boa família”, não estaria livre de ser encaminhado para a Escola de Aprendizes-Marinheiros. As idades, os lugares de origem e as

projeções para o sujeito, ainda sem poder de decisão sobre si mesmo, é que determinavam os seus deslocamentos naquela instituição militar. Porém, mesmo submetidos às duras regras da disciplina da instituição, os meninos não se desprendiam integralmente das suas experiências em comunidade e do que as suas idades podiam lhes proporcionar na relação com o mundo.

O recolhimento era compulsório nas ruas acontecia em todo o país e a Marinha não era a única instituição que recebia as crianças que “perambulavam” nas ruas. Em acessos de “limpeza” e ordenamento urbano a polícia recolhia “os menores” para enviá-los às colônias agrícolas, mas quando terminava o período de internação estes voltavam em piores condições físicas e ainda analfabetos para as ruas. A forma de ordenar o espaço público e sua população se dava no sentido de afastar os indivíduos indesejáveis. A condução para instituições que confinavam não ocorria necessariamente com os órfãos, como dizia a propaganda, pois os meninos que tinham família e eram recrutados nas ruas à revelia são exemplos de que a destituição do pátrio poder era um artifício de controle das famílias.

Greenhalgh (1965) afirmou que as “escravas da nação” do Arsenal apresentavam um comportamento indecoroso que escandalizava as famílias das vizinhanças. Enalteceu a paciência das autoridades para tolerá-las, uma vez que eram compradas com suas crias e só serviam, segundo ele, para varrer o Arsenal. Para o historiador da Marinha elas representavam gastos, pois tinham que ser alimentadas e vestidas, distraíam os operários, eram devassas e perigosas. Apesar de imorais, ressaltou que era possível fazê-las aceitar os ensinamentos da moral cristã. A Marinha no período imperial investia nos ensinamentos do cristianismo para morigerar o seu pessoal. A missa aos domingos estava incluída na tabela de rotinas e o capelão fazia parte dos quadros efetivos da Armada. A religião continuou a ter peso nas rotinas e nos programas de formação dos meninos e rapazes na República, mas outros agentes de controle começaram a intervir com mais intensidade na sociedade.

Havia um padrão de família, de mulher, de infância que norteava os parcos direitos na Marinha, pois para receber um pecúlio, por exemplo, as viúvas e os filhos órfãos deveriam provar a sua idoneidade através dos pareceres de homens adultos. As campanhas em prol do casamento e a defesa do papel da mulher na família, como alguém que tiraria o homem das festas e das ruas, seria uma forma de gestão da população. Pois, na divisão social ela cuidaria dos filhos e da casa e seria o elo do sustento do lar, política que diminuiria os encargos públicos com os orfanatos e contribuiria com a redução da mortalidade infantil e do número de “vagabundos” nas ruas.

Com a Proclamação da República a problemática da infância ganharia novas dimensões também na esfera jurídica e o poder judiciário estendeu seu controle sobre a infância desvalida. A dualidade das políticas de Estado estava expressa na difusão dos termos “criança” e “menor”, que possuíam sentidos políticos e sociais diferentes. A infância burguesa passou a ser pensada nos discursos oficiais como aquela que precisava de uma liberdade protegida e a infância pobre receberia, por sua vez, os condicionantes de uma liberdade vigiada. A infância que vivia nas ruas representava o problema do excesso de liberdade e exigia técnicas que a dirigisse para esses espaços de maior vigilância. As instituições de poder como a escola, a fábrica, a família, os internatos, os asilos de menores e as formas diferentes de exercício de poder do Estado, foram indispensáveis no processo de gestão da população.

Ferreira e Manoel Pereira e os “instintos da infância”: o aluno, o aprendiz e as idades de aprender

N.255 Em 25 de maio de 1870

Ilmo.Exmo.Sr

O acto de coragem e abnegação pouco vulgar, practicada pelo aprendiz artífice agrícola Ferreira, que ao ver cair ao mar o seu companheiro de nome Manoel Pereira de Magalhães, alli se atirara immediatamente, sem a menor hesitação, obedecendo unicamente ao caridoso instinto de salvar da morte seu semelhante; parecendo-se digno da consideração do governo de

S.M.I.², tanto mais pela originalidade do facto e louvável abnegação dos instintos próprios da infância que em tais casos aplaudem o sinistro sem medir-lhes as consequências, e serão impassíveis espectadores; limito-me a apresentar a V.Ex.^a o officio do respectivo commandante em que narrando a ocorrência recomenda o valente menino ao beneplácito de

*V.Ex.^a a quem
Deus guarde*

Ilmo. Exmo. Sr Barão de Cotegipe
Ministro Secretário de Estado de Negócios da Marinha³

O caso relatado acima foi encontrado no livro de ofícios do Arsenal de Marinha da Corte, Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e traz um determinado olhar sobre a infância. O aprendiz artífice Ferreira surpreendeu seus superiores por seu gesto incomum de bravura e caridade ao salvar o seu companheiro Manoel, “tanto mais pela originalidade do facto e louvável abnegação dos instintos próprios da infância que em tais casos aplaudem o sinistro sem medir-lhes as consequências, e serão impassíveis espectadores”, esse último seria o comportamento esperado. Jamais saberemos quais “instintos” levaram o menino Ferreira ao seu ato de bravura, porém, pode-se perceber uma leitura sobre a infância na redação do texto que formaliza a recomendação de beneplácito do imperador ao aprendiz.

Nesse ofício, a infância é representada genericamente, ainda que esse não fosse o objetivo central do que se queria comunicar, por um determinado padrão de percepção da realidade, informada em grande parte pelas leituras que os oficiais do Arsenal de Marinha e da Armada faziam da origem desses “menores” pelo viés da pobreza, do abandono e da delinquência. A coragem de Ferreira foi um imprevisto, um acontecimento que saíria do padrão do que parecia natural aos olhos dos adultos da oficialidade, uma vez que a indiferença seria uma conduta desviante própria da idade e da origem social. Portanto, a medida exemplar, necessária dessa vez, seria a propagação da bravura como um valor moral imprescindível para a lógica institucional de fabricação do futuro “homem do

² Abreviatura de Sua Majestade Imperial.

³ *Livro de Ofícios do Arsenal de Marinha da Côrte do ano 1870*. Secretaria de Estado de Negócios da Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

mar”. O comandante ao eleger um comportamento como exemplar, digno de premiação, não quis dizer que tal rito tivesse, de fato, alguma significação para todas as crianças. No campo da educação militar, entretanto, a projeção de modelos ideais de indivíduos com atitudes como a de Ferreira, o estímulo pela recompensa, pelo discurso emulativo e de relações de prestígio representavam outra fórmula disciplinar empregada para evitar os desvios de conduta.

Os modelos educativos da Instituição se efetivavam com meninos inseridos em contextos reais mais ricos e complexos que as determinações hierárquicas e, por um grande período, desde a criação das Companhias de Aprendizes, a presença barulhenta de pequenos entre sete e dez anos precisou ser adaptada através de vários instrumentos de controle desse espaço de rigidez disciplinar e de duras condições de vida. Era necessário adestrar a impetuosidade da mocidade e o desejo de diversão das crianças com tantas novidades ao redor. A lógica de torná-las adaptadas aos ordenamentos da Instituição confrontava com o desenvolvimento próprio da idade, com as experiências que muitos traziam das ruas, de outros espaços de convivência e na relação conflituosa de privação da liberdade a que estavam submetidos. Havia uma compreensão própria da época que buscava “universalizar” esses indivíduos em torno de padrões comportamentais esperados e planejados por rotinas na relação com o trabalho. Uma forma de controle era comparar os meninos entre si para diferenciá-los mais a frente nas classificações. As rotinas buscavam homogeneizar comportamentos e a capacidade de trabalhar de forma útil e produtiva, mais adiante as avaliações dos superiores sobre os seus aprendizes passariam a constar em registros, em cadernetas individuais e níveis mais sofisticados de classificação foram surgindo. O bom comportamento era um dos elementos que definiria em que classe o futuro marinheiro ou operário do Arsenal seria alocado. Um beneplácito, um elogio por escrito do comandante, uma condecoração e outras formas de reconhecimento do mérito tinham muito valor no sistema de educação militar.

A Marinha dependia do governo Estado para obter um beneplácito, alojar, alimentar ou formar essa infância e mocidade, matéria-prima considerada custosa que muitas vezes demorava a dar o retorno ao Estado. A ação institucional era, reiteradas vezes, apresentada pelos discursos como pretensamente caritativa por retirar os meninos da miséria, através das políticas de recolhimento e desprender recursos para os seus sustentos. Porém, principalmente, após a Guerra do Paraguai começa um intenso debate sobre o tempo em que as crianças e a mocidade permaneceriam subvencionadas pelo Estado e como mantê-las menos tempo nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros e torná-las, o quanto antes, efetivamente úteis.

Ferreira, “obedecendo unicamente ao caridoso instinto de salvar da morte seu semelhante”, apresenta a imagem daquilo que a própria Instituição queria traduzir para si, pois propagandeava-se desde sua criação como também caritativa, que recebia os expostos e os desvalidos e mais adiante nos documentos se autodefinirá como tendo uma tarefa filantrópica de salvação de abandonados e viciosos. O objetivo assistencial no ato do recolhimento era apenas secundário e a instituição sobrevivia com poucos recursos, fato que mais adiante contribuiria para o desmonte dos sentimentos caritativos que porventura existissem no interior da Armada. A Marinha, prioritariamente, precisava de braços para as suas guarnições, de moços que fossem trabalhadores morigerados.

O Estado preocupou-se em proteger os seus gastos, e é por isso que as Escolas de Aprendizes-Marinheiros vão passar décadas sem professores, com comida escassa, sem alojamentos apropriados, ainda que os analistas internos da Armada identificassem esses elementos como grandes empecilhos. Para a formação do efetivo Marcílio (1998) cita o registro realizado por um médico, em 1848, levantado pelo historiador Renato Pinto Venâncio que é bastante esclarecedor sobre como viviam as crianças nessa Instituição e que não foi muito diferente em boa parte do período aqui estudado:

No estaleiro a criança vivia ao lado de presos, escravos e degredados. Sua alimentação era tão fraca, à base só de farinha de

mandioca, que acabavam definhando e muitas morrendo. No testemunho de um médico do Rio de Janeiro, que observou as crianças do Arsenal da Marinha, a maioria delas “comia terra” e tinha o corpo enfraquecido pelos parasitas intestinais. O menino entrava “robusto, alegre, brincador, e bem nutrido e começava a definhar, emagrecer, tornar-se triste, melancólico e adquirir a cor pálida, macilenta, terrosa, amarelada... era a tuberculose que se aproximava. Venâncio contou 17 cidades brasileiras onde havia Companhia de Aprendizes Marinheiros. (1997:74)

Ferreira era um aprendiz agrícola que estava na capital trabalhando no Arsenal, assim como muitos filhos de pescadores, órfãos ou não. Nesse período o trabalho era um campo privilegiado da pedagogia de adestramento e aos quatorze anos a frequência de garotos exercendo tarefas e especialidades típicas dos escravos adultos era muito grande nas fazendas, nas cidades e nos serviços públicos. Do ponto de vista das práticas sociais, a possibilidade de se viver a fase inicial da vida sem o trabalho ou as obrigações do adulto limitava-se a um tempo muito curto, sobretudo, para as crianças pobres. Ao se tomar como importante elemento de avaliação que o índice de mortalidade infantil era de 80% pode-se afirmar que até os cinco anos a maioria das crianças tinha entre nós uma breve passagem. Por isso, o recrutamento para os asilos destinados ao trabalho agrícola começava nesta idade. Muitas delas ficavam órfãs cedo e eram acolhidas pelas redes de relações sociais que existiam entre os escravos.

As novas demandas tecnológicas que surgiram aumentaram a necessidade de que os meninos fossem alfabetizados e depois qualificados em especialidades. Com o processo de industrialização tornou-se necessário produzir uma nova força de trabalho e a criança e o jovem eram uma das apostas promissoras para uma adaptação mais rápida às máquinas e aos novos hábitos disciplinares. Outro aspecto que justificava o grande interesse pela mão de obra infanto-juvenil dizia respeito às baixas remunerações praticadas, fator que deu uma grande contribuição para o aumento dos lucros auferidos pelos empresários. O trabalho, mais do que uma “higiene mental” para crianças e adolescentes, tinha um sentido utilitário que acompanhava o modelo urbano industrial em desenvolvimento.

Se por um lado, a dura disciplina, as longas jornadas de trabalho, o espaço compartilhado com as formas de viver do adulto, a racionalidade imposta ao ambiente laboral estabeleciam uma regulação da vida dos pequenos em sua mais tenra idade, de outro, crianças e adolescentes não fugiam da condição própria de suas idades e transgrediam as regras com suas brincadeiras. As idades vão definir o tempo de estar na Escola de Aprendizes-Marinheiros, de seguir na marinhagem, de tornar-se um marinheiro no auge de sua capacidade para o trabalho e para se reformar. A robustez e o perímetro torácico eram determinantes para a entrada do menino no serviço militar, independente das idades estabelecidas nos regulamentos para o ingresso na Armada. Valerá, sobretudo, a capacidade física para o trabalho, que era o fundamental, e as evidências indicam que os meninos entravam com idades abaixo do que estava estabelecido nos regulamentos, pois bastava a opinião do inspetor de saúde sobre a suas idades prováveis e sobre suas capacidades respiratórias.

As discussões e mudanças regulamentares em relação às idades para entrada e permanência nas Escolas de Aprendizes corriam com argumentos mais materiais e menos disciplinares. Nos anos subsequentes à Guerra do Paraguai, o art.3º da Lei n.1997 de 19 de agosto de 1871 reduziu, de vinte para dez ou doze anos, o tempo de serviço obrigatório dos recrutas. Os precedentes das Companhias de Aprendizes constituíam, na época, praticamente a totalidade do Corpo de Imperiais Marinheiros e a menor permanência destes teria repercussões quantitativas negativas nos efetivos. Os aprendizes menores eram admitidos dentro da faixa de 10 e 17 anos e passavam para o Corpo de Imperiais Marinheiros com 16 anos após terem atingido pelo menos três anos de ensino nas companhias. Os menores, em regra, entravam para as companhias com idades inferiores a 14 anos, e muitos não contavam com mais de 16 anos quando eram enviados para o Corpo de Imperiais Marinheiros por terem atingido a idade legal e terem cumprido os três anos de ensino. Sendo assim com dez ou doze anos de

serviços obrigatórios estariam esses jovens deixando a Armada aos 26 ou 28 anos, idade em que, segundo os oficiais, poderiam prestar os melhores serviços. Seguiu em sua justificativa científica, que seria bastante questionável nos dias de hoje, afirmando que para o nosso clima o completo desenvolvimento físico acontece aos 25 anos de idade, o que na sua lógica lhe permitiria concluir que os marinheiros procedentes das companhias de aprendizes “apenas prestam bons serviços, em um caso, durante um anno, e, no outro, durante três”. (BRASIL, MINISTÉRIO DA MARINHA, 1873:7)

As famílias e as populações marítimas cumpririam um papel importante nos números de entradas nas Companhias. Luiz Antônio Pereira Franco, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, no Relatório do ano de 1876, reconhecia que a profissão de marinheiro destinada às Companhias de Aprendizes era rude, o que causaria repugnância nos pais e tutores em alistar filhos e pupilos. Porém, considerava que estes ignoravam “as compensações que o Estado prodigaliza, dando-lhes, além de prêmios, uma educação conveniente, e garantindo-lhes o futuro.” (BRASIL, MINISTÉRIO DA MARINHA, 1876-1:18)

A falta de orçamento para investir na educação dos menores aprendizes-marinheiros era um problema permanente para a formação prática e profissional destes, a começar pela dificuldade para a aquisição de um navio que servisse de quartel e escola. A Marinha, tendo que formar o seu próprio pessoal, encontrava grande dificuldade para encaminhar a formação profissional que não podia prescindir da dimensão prática. Com poucos navios de instrução, muitos aprendizes tornavam-se marinheiros sem nunca terem navegado, aspecto que dava relevo às intermináveis discussões sobre o recrutamento de crianças e jovens nas comunidades pesqueiras que, segundo algumas opiniões de oficiais e ministros, teriam o que chamavam de “rendimento útil” desde o início. O Estado estaria fazendo um investimento na criação e educação dos menores, por retirá-los da indigência, discipliná-los e torná-los produtivos.

Às vésperas da Proclamação da República, fervilhavam as discussões sobre que composição social seria a ideal para formar os quadros da Escola de Aprendizes-Marinheiros. Os números de entradas no Corpo de Imperiais Marinheiros evidenciavam que a maior parte dos que assentavam praça vinham desses estabelecimentos. Os oficiais afirmaram que o terror do povo teria diminuído em relação ao serviço militar naval e que “a quasi extinção do castigo corporal” devia-se “a entrada de gente melhor para o serviço”, ou seja, os castigos corporais existiam por responsabilidade dos sujeitos que precisavam ser moralizados pela ação disciplinar.

A educação dos aprendizes ficava mais difícil em função dos progressos que a Marinha já experimentava e pelo aumento de conhecimentos a serem mobilizados no exercício da profissão. O discurso oficial destacava que havia um aumento do número de aprendizes entregues por seus pais e tutores. Isto estaria acontecendo por conta do zelo e carinho com que eles eram tratados em algumas Companhias, com comandantes que vigiavam a disciplina, a boa ordem e a educação nas escolas. Porém, esse viveiro ainda estava longe do que esperavam as autoridades militares, não só pelo quantitativo, ainda distante do desejável, mas pelo tipo de pessoal alistado.

Pena é, porém, que as Escolas ainda estejam longe do desenvolvimento a esperar quanto ao número e escolha de pessoal, que é formado na sua maior parte de meninos já pervertidos no abandono, na indolência e entregues a completa vagabundagem, e é justamente por esta circunstância que a tarefa é mais difícil aos seus educadores e a mais forte razão para haver muito escrúpulo na escolha destes.
(BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA, 1887, A1:13).

O Estado não era tão pródigo assim nos seus gastos com os aprendizes, algo visível quando se analisa o tratamento orçamentário de questões de subsistência pessoal dos meninos como saúde, vestimentas, alimentação, alojamento. As baixas, capturas e reapresentações as deserções, revertidas ou não, aconteciam em número bem elevado. Os problemas eram grandes para a manutenção do efetivo do Corpo de Marinheiros, pois as condições de vida e trabalho produziram

importantes percentuais de falecimentos ou de “homens do mar” tornados incapazes fisicamente, uma realidade presente nos levantamentos dos Relatórios Ministeriais, ano após ano.

No período também foi possível encontrar condutas zelosas em relação aos meninos. Tem-se o caso de Antonio Ferreira de Jesus que sofreu um acidente que o deixou “defeituoso” de olho e precisou contar com a caridade alheia, pois não teria se curado somente com o tratamento oferecido no Hospital da Marinha. O infortúnio do menino só acabou a partir do que teria sido uma zelosa intervenção do comandante da Companhia de Aprendizes-Artífices, que procurou um conhecido médico oculista, chamado Machado Costella, e apelou para a “filantropia” deste profissional. O bom homem, segundo a documentação, fez a cirurgia e ainda visitou o pequeno para fazer os curativos durante sua recuperação. O aprendiz ficou totalmente recuperado após o tratamento recebido. Tal cuidado dispensado pelo comandante ao menino Antonio, órfão e desvalido, foi tratado no registro do Inspetor do Arsenal da Corte de forma altamente elogiosa, ressaltando que essa era uma conduta digna do “zeloso commandante, incansável no bem-estar de centenas de crianças que se achão sob seus cuidados” e termina o ofício, dirigido ao ministro da Marinha, recomendando o agradecimento e a consideração do governo imperial para com o Dr. Costella.

Em outro documento, encontrado no Arquivo Nacional, um Relatório apresentado em 1888 ao Ministro pelo comandante da Escola nº. 1 de Aprendizes Marinheiros localizada no Pará, tem-se um extrato de mais uma leitura sobre os “menores” que lá estavam alistados e as experiências acerca da condição dos aprendizes que não sabiam ler e escrever. O analfabetismo era uma chaga imputada ao indivíduo, ao seu abandono, à sua família. Ler e escrever, com o tempo, passou a ser um passaporte para o exercício de cidadania e participação política pelo voto, mesmo sabendo que havia o voto de cabresto, o coronelismo e outras práticas de mandonismo que alocavam nas mãos do poder público novas

formas de controle. Alfabetizar-se era um passo no conta-gotas de inserção social ou justificativa para a exclusão, embora, de fato, o direito ao voto não fizesse parte do horizonte de participação política dos militares. A evolução tecnológica e as novas demandas de escolarização da população como um todo vão sugerindo aos formadores militares novos repertórios de conhecimento. Vejamos, então, o que disse o comandante José Antonio de Oliveira Freitas (1888) sobre as dificuldades do trabalho do professor Horizonte Brasileiro e do capellão:

O ensino elementar está a cargo do professor Horizonte Brasileiro e do capellão, no anno findo o aproveitamento foi regular, tendo-se em consideração a condição excepcional dos menores que são alistados, em regra geral, são rapazes analphabetos, que se perderam na liberdade da ignorância, das trevas e do embrutecimento, a idade escolar e só pode aquilatar a dificuldade de conseguir ensinar a ler, escrever e contar a mancebos de 13 a 16 annos de idade, creados ao abandono, quem se dedica a árdua tarefa do ensino primário.
(ARQUIVO NACIONAL (Brasil) GIFL, 1808 a 1966)

Freitas considerava, então, que havia uma idade escolar e que a ignorância, as trevas e o embrutecimento de mancebos criados ao abandono seriam problemas para os ensinamentos do professor Horizonte Brasileiro. No ensino profissional os dois oficiais tinham dificuldades, pois faltavam navios armados e aparelhados para “adestrarem os aprendizes” e até mesmo embarcações miúdas para o exercício de remar e bordejar. O comandante Freitas (1888) propõe que na ausência de recursos se construísse um simulacro de navio na frente do quartel e que os aprendizes com mais de três anos fossem transferidos para os navios-escola, pois não aprendiam no ensino elementar e tinham físico para o Corpo de Imperiais Marinheiros. Como se partia do pressuposto que esses meninos, órfãos do investimento público de então, eram os responsáveis pelos seus próprios infortúnios, restava o adestramento dos mancebos e aproveitar a juventude e a constituição física dos mais robustos para que trabalhassem e apreendessem os elementos da profissão.

Não era fácil extrair os resultados esperados desses jovens para o trabalho simplesmente no adestramento, na disciplina, pela vigilância e punição. O

comandante Freitas (1888) afirmava que os delitos eram penalizados dentro do regulamento, mas, se reportando às idades, que explicitamente lhe colocavam desafios para a formação do pessoal, escreve que,

[...] entre 13 e 16 anos, desconhecem o gérmen da moral, os princípios da educação que o menino recebe no lar doméstico, no seio da família, d'ahi a dificuldade em corrigir as inclinações viciosas de mancebos, que não tiveram guial-os nos primeiros passos da vida, a autoridade e solicitude dos paes. (ARQUIVO NACIONAL (Brasil) GIF1-1808 a 1966)

As formas de ver e atuar dos homens de comando, sobre as idades da infância e da adolescência, foram se constituindo na Marinha a partir de um processo histórico de institucionalização do sistema de formação elementar e profissional. Os meninos, entretanto, traziam seus costumes, suas sensibilidades próprias da idade e suas experiências anteriores. Os comandantes não atuavam no vazio, mas num contexto cultural denso, de conflitos e costumes. Pode-se perceber que os significados sobre as idades ideais de entrada e permanência vão sendo construídos historicamente em cada época. Freitas (1888) dá um lugar para um tipo de família que os meninos não tinham. Os aprendizes precisariam ser receptáculos da visão do comandante, mas não era tão fácil produzi-los a partir dessa necessidade institucional. Ao que parece os meninos jogavam o jogo,

Toda a vida se processa dentro de “estruturas” dessas regras visíveis e invisíveis, que proíbem tal ato e atribuem uma significação simbólica especial àquele outro [...] Uma vez lidas ou traduzidas as regras de um jogo, podemos atribuir a cada jogador seu papel ou função nele. O jogador é (nos termos dessas regras) o portador do jogo, um elemento dentro dessa estrutura - um meia-direita ou um goleiro [...] (THOMPSON, 2009:210)

Nesse jogo havia ainda os que tinham pai e mãe, ou só mãe, ou algum tipo de família, facilmente identificados como uma “classe perigosa” a ser controlada, os meninos aprendizes em grande parte eram os filhos da população pobre fora do mercado de trabalho, ou que viviam de irrisórios ganhos de sobrevivência da cidade do Rio de Janeiro. A inserção dessas crianças e adolescentes no trabalho de forma utilitária trazia antagonismos com a hierarquia militar e os “filhos das

classes perigosas” manifestavam resistências de múltiplas formas: através das faltas, deserções, arruaças. Nessa relação com o trabalho, o aprendiz assimilava um ofício e poderia assumir fora do Arsenal ou da Escola de Aprendizes um lugar produtivo e ter ganhos para si. E era o que acontecia nas licenças de finais de semana e feriados, quando assumiram afazeres extras e não voltavam, ou atrasavam no retorno ao quartel, sendo punidos vigorosamente pelos superiores.

A experiência modifica “às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional” (THOMPSON, 2002:13) e o que os rapazes aprendiam na Marinha poderia indicar o lugar de inferioridade e da subordinação, mas a realidade histórica desses sujeitos, que precisam ser entendidos no seu “fazer-se”, também poderia traduzir as contradições das relações humanas. A hierarquização produzia padrões de comportamentos úteis à Instituição, contudo as experiências institucionais poderiam levá-los à aceitação, à adaptação ou à resistência. Neste sentido, a Marinha de Guerra do Brasil, lugar de disciplina e controle, também vivenciou o potencial transgressor dos Marinheiros da Revolta da Chibata e de muitos outros que se apresentaram antes nessa travessia de contestação, como os meninos e adolescentes que fugiam e se rebelavam nesse estabelecimento de ensino militar.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Arquivo Nacional (Brasil). Fundo/Coleção GIF. Código do Fundo - 01. Notação/Data ou Período do Documento -5F-459. Seção de Guarda-CODES.
- _____. Lei n.1997 de 19 de agosto de 1871. Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1872-1873. Collecao das Leis de Imperio do Brasil De 1871, p. 89-90. Coleção publicada pela Imprensa Nacional em texto integral digitalizado. Inclui Cartas de Leis, Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões imperiais publicados entre os anos de 1808 e 1889.

____. Ministério da Marinha. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Luiz Antônio Pereira Franco. Relatório do ano de 1876 apresentado à Assembléia Geral Legislativa em 1ª Sessão da 16ª Legislatura.

____. Livro de Ofícios do Arsenal de Marinha da Côrte do ano 1870. Secretaria de Estado de Negócios da Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

GREENHALGH, Juvenal. O Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro na História II (1822-1889). Rio de Janeiro: Mandado imprimir pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Impresso nas oficinas gráficas do IBGE, 1965.

LINS, Mônica R. F. Viveiros de “homens do mar: Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910) Tese de Doutorado, PPFH/UERJ. 2012

MARCÍLIO, M. L. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

THOMPSON, E.P. Os românticos: Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

____. A miséria da teoria ou um planetário de erros. (Sem Editora. Tradução Waltensir Dutra), 2009.